

Tecnologia da Informação e Comunicação em Educação no Ensino Superior em Direito

Information and Communication Technology in Higher Education in Law

Adelma Cláudia Rizzi¹

João Lucas Bueno Dale Vedove¹

Natália Carvalho Denoclo¹

Romulo Renato Cruz Santana¹

Virgílio Norberto de Jesus Neto¹

Palavras-chave:

Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); Ensino jurídico; Metodologias ativas; Educação superior; Inclusão digital.

RESUMO - Este estudo explora a integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no ensino superior, especificamente no campo do Direito, como uma resposta à transição de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento. O objetivo principal é analisar a implementação e os impactos das TICs nas metodologias de ensino e no desenvolvimento de habilidades dos alunos em três instituições: UNA, UFJ e FAMP. Uma análise documental de matrizes curriculares e projetos pedagógicos foi empregada para identificar as principais TICs utilizadas e avaliar sua influência na produtividade do ensino e no engajamento dos alunos. As descobertas indicam que a incorporação de TICs melhora significativamente a dinâmica de aprendizagem, promove a inclusão digital e equipa os profissionais jurídicos para uma força de trabalho digitalizada. Isso ressalta a necessidade de práticas educacionais se adaptarem aos avanços tecnológicos contemporâneos. O estudo destaca que promover a inclusão digital é um desafio multifacetado que requer colaboração entre várias partes interessadas, incluindo governos e empresas de tecnologia. Os governos são instados a investir em infraestrutura tecnológica, fornecer acesso gratuito à Internet e desenvolver programas de treinamento, enquanto as empresas de tecnologia devem se concentrar na criação de produtos e soluções acessíveis para instituições educacionais. Além disso, a inclusão digital transcende o mero acesso à tecnologia; abrange a capacidade de utilizar essas ferramentas de forma crítica e criativa. A integração das TICs na educação jurídica moderniza as práticas pedagógicas, mas enfrenta desafios como resistência à mudança, infraestrutura inadequada e a necessidade de treinamento de professores. A implementação eficaz das TICs pode aprimorar a educação jurídica ao fornecer acesso imediato a atualizações legislativas e facilitar o ensino à distância, preparando assim os alunos para uma profissão jurídica orientada pela tecnologia. A relevância dessa integração é ainda mais enfatizada pela necessidade de futuros advogados dominarem as ferramentas digitais e se adaptarem ao cenário em evolução da prática jurídica. O estudo também examina a incorporação das TICs nos projetos pedagógicos das três instituições, destacando metodologias como aprendizagem ativa e ensino híbrido. Embora avanços no engajamento e flexibilidade dos alunos sejam notados, desafios como resistência entre educadores e acesso desigual à tecnologia persistem. As descobertas defendem o investimento contínuo em infraestrutura digital e treinamento para cultivar uma cultura de inovação na educação jurídica, preparando, em última análise, os graduados para um cenário jurídico orientado pela tecnologia. Esta revisão da literatura serve para informar educadores e formuladores de políticas sobre práticas inovadoras que aumentam o engajamento e o sucesso dos alunos na era digital.

Keywords: Information and Communication Technologies (ICTs); Legal education; Active methodologies; Higher education; Digital inclusion.

ABSTRACT - This study explores the integration of Information and Communication Technologies (ICTs) in higher education, specifically in the field of Law, as a response to the transition from an industrial to a knowledge society. The main objective is to analyze the implementation and impacts of ICTs on teaching methodologies and the development of students' skills at three institutions: UNA, UFJ and FAMP. A documentary analysis of curricular matrices and pedagogical projects was employed to identify the main ICTs used and assess their influence on teaching productivity and student engagement. The findings indicate that the incorporation of ICTs significantly improves learning dynamics, promotes digital inclusion and equips legal professionals for a digitalized workforce. This underscores the need for educational practices to adapt to contemporary technological advances. The study highlights that promoting digital inclusion is a multi-faceted challenge that requires collaboration between various stakeholders, including governments and technology companies. Governments are urged to invest in technological infrastructure, provide free Internet access and develop training programs, while technology companies should focus on creating accessible products and solutions for educational institutions. Furthermore, digital inclusion transcends mere access to technology; it encompasses the ability to use these tools critically and creatively. Integrating ICTs into legal education modernizes pedagogical practices, but faces challenges such as resistance to change, inadequate infrastructure and the need for teacher training. The effective implementation of ICTs can enhance legal education by providing immediate access to legislative updates and facilitating distance learning, thus preparing students for a technology-driven legal profession. The relevance of this integration is further emphasized by the need for future lawyers to master digital tools and adapt to the evolving landscape of legal practice. The study also examines the incorporation of ICTs into the pedagogical projects of the three institutions, highlighting methodologies such as active learning and hybrid teaching. Although advances in student engagement and flexibility are noted, challenges such as resistance among educators and unequal access to technology persist. The findings argue for continued investment in digital infrastructure and training to cultivate a culture of innovation in legal education, ultimately preparing graduates for a technology-driven legal landscape. This literature review serves to inform educators and policymakers about innovative practices that increase student engagement and success in the digital age.

1. Professor (a) do curso de Direito da Faculdade Morgana Potrich (FAMP) Mineiros – GO, Brasil. *Autor para Correspondência: E-mail: romulocruz@fampfaculdade.com.br.



INTRODUÇÃO

A sociedade industrial, caracterizada pelo fordismo, valorizava a produção em massa, a padronização de tarefas e a hierarquia rígida. O trabalhador era visto como uma peça de uma máquina, com pouca autonomia e criatividade. Com o advento da sociedade do conhecimento, houve uma mudança radical de paradigma.

A informação tornou-se o principal ativo, e a flexibilidade, a inovação e a colaboração passaram a ser valorizadas. A hierarquia rígida deu lugar a estruturas mais horizontais, onde o trabalho em equipe e a tomada de decisão compartilhada são incentivados.

No entanto, é importante ressaltar que, mesmo em um contexto de constante transformação tecnológica, no mundo do trabalho, muitos indivíduos ainda se apegam a modelos de gestão e práticas mais tradicionais, o que pode limitar a inovação e a competitividade.

A tecnologia por si mesma não representa garantia de reestruturações lógicas, ainda que possa exercer importante apelo quanto à motivação. Sua importância maior incide em que se possam empregar os computadores como próteses e como amplificadores da cognição (BATTRO, 1989).

Os problemas de aprendizagem podem ser auxiliados com os softwares, jogos e outras atividades preparadas que incentivam o desenvolvimento da inteligência e potencializa a aprendizagem como um todo. Os jogos propiciam aos alunos um relacionamento íntimo com o conhecimento por meio de um trabalho no qual estão agregados o lúdico, o figurado e o operatório.

Marçal (1996) destaca que a Informática precisa capacitar e dar oportunidade ao aluno de adquirir novos conhecimentos, promover o processo ensino/aprendizagem, por fim ser um complemento de conteúdos curriculares apontando para o desenvolvimento global do indivíduo.

Nesse sentido, a crescente integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na sociedade contemporânea impulsiona a necessidade de adaptar as metodologias de ensino em todas as áreas, incluindo o Direito. Este estudo tem como objetivo analisar a implementação das TICs em cinco instituições de ensino superior de destaque (UNA, UFJ e FAMP), com foco nos impactos na produtividade docente e no desenvolvimento de habilidades dos estudantes de Direito. A pesquisa, realizada entre junho e setembro de 2024, lançou mão da análise das matrizes curriculares e projetos pedagógicos dos cursos de Direito das Faculdades UNA, UFJ e FAMP, para coletar dados sobre a utilização de plataformas como *Classroom*, *Kahoot*, *Ocam*, *TEAMS*, *Google Meet* e *Moodle*. Os resultados obtidos demonstram que a integração das TICs no ensino jurídico promove a diversificação das metodologias, a interação entre os participantes e o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício da profissão.

Nesse texto, delineou-se como objetivo Principal: analisar a implementação e os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem dos cursos de Direito nas instituições UNA, UFJ e FAMP, com foco na melhoria da qualidade da educação jurídica e na formação de profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho.

Com relação aos objetivos específicos buscou-se: Identificar as principais TICs utilizadas nas instituições analisadas e suas funcionalidades no contexto do ensino de Direito; avaliar o impacto das TICs na produtividade docente e na forma como os conteúdos são transmitidos e aprendidos pelos estudantes; e analisar o desenvolvimento de habilidades e competências nos estudantes, como a capacidade de pesquisa, a colaboração e o pensamento crítico, em decorrência da utilização das TICs.

A Metodologia utilizada para alcançar esses objetivos, foi a combinação análise documental de matrizes curriculares e projetos pedagógicos, uma vez que se espera por meio dessa pesquisa as melhores práticas na utilização das TICs no ensino de Direito, reflita na superação das dificuldades enfrentadas pelas instituições e as possibilidades de aprimoramento.

Houveram algumas implicações por conta do curto espaço de tempo demandado para a elaboração desse trabalho, porém mesmo com essas intempéries, os resultados da pesquisa podem contribuir para a elaboração de políticas de implementação de TICs nas instituições de ensino superior, além de servir como base para futuras pesquisas.

Com um olhar sensível ao contexto educacional atual, pôde-se perceber que é possível atrelar, por meio de um planejamento dialógico, as tecnologias disponíveis em sua maioria de forma gratuita na base curricular e no planejamento das aulas para os acadêmicos dos cursos de Direito, cujos documentos foram analisados.

Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada neste estudo baseou-se na análise documental das matrizes curriculares e Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das instituições UNA, UFJ e FAMP. Os documentos foram acessados através de solicitações formais e, quando disponíveis, nos portais institucionais das faculdades. A análise foi conduzida com foco na identificação de práticas pedagógicas que envolvessem o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), bem como de metodologias ativas que promovessem um ensino mais dinâmico e interativo.

Para a coleta de dados, foram consideradas as seções dos PPCs que tratam de estratégias de ensino, modalidades de avaliação e descrição de atividades curriculares e extracurriculares. Cada documento foi revisado para localizar menções explícitas ou implícitas ao uso de plataformas digitais, como *Google Meet*, *Zoom*, *Moodle*, e ao emprego de

metodologias como a sala de aula invertida e o PBL (*Problem-Based Learning*). Além disso, buscou-se compreender como essas tecnologias estavam sendo implementadas para auxiliar no desenvolvimento de competências dos alunos, tanto no contexto presencial quanto no remoto.

A análise dos dados foi conduzida de maneira comparativa, destacando as similaridades e diferenças entre as abordagens adotadas por cada instituição no que tange ao uso de TICs no ensino jurídico. Essa metodologia permitiu observar não apenas o grau de incorporação das tecnologias, mas também as lacunas e desafios enfrentados por cada faculdade em relação à modernização de suas práticas pedagógicas.

A inclusão digital e o contexto atual

A inclusão digital, ou seja, a democratização do acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs), tornou-se um imperativo no mundo contemporâneo. A era digital, marcada pela crescente interconexão e pela valorização do conhecimento, exige que todos tenham oportunidades iguais de participar da sociedade da informação. A falta de acesso às TICs pode gerar desigualdades sociais e econômicas, limitando o desenvolvimento individual e coletivo. Como afirma Castells (2001), a sociedade em rede exige que seus membros tenham habilidades digitais para se inserir no mercado de trabalho e participar ativamente da vida social.

No contexto educacional, a inclusão digital se apresenta como um desafio ainda maior. A falta de acesso a computadores, internet e softwares educacionais, especialmente em regiões mais remotas e em escolas públicas, impede que muitos estudantes desenvolvam as competências digitais necessárias para o século XXI. Além disso, a desigualdade digital se manifesta também na forma de desigualdade de oportunidades de aprendizagem, pois os estudantes com acesso a recursos tecnológicos em casa tendem a ter um desempenho escolar melhor.

Outro fator determinante foi a pandemia de COVID-19, que acelerou o processo de digitalização da educação, evidenciando a importância das TICs para garantir a continuidade do ensino. No entanto, a rápida transição para o ensino remoto expôs as desigualdades digitais existentes, com muitos estudantes enfrentando dificuldades para acessar as aulas online e realizar as atividades propostas. Essa situação exigiu que as instituições de ensino repensassem suas práticas pedagógicas e investissem em soluções tecnológicas mais acessíveis e inclusivas.

Diante do contexto pandêmico, pôde-se perceber que a promoção da inclusão digital é um desafio que exige a atuação conjunta de diversos atores sociais. Os governos têm um papel fundamental nesse processo, investindo em infraestrutura tecnológica, oferecendo acesso gratuito à internet e desenvolvendo programas de formação em

tecnologia para professores e estudantes. Além disso, as empresas de tecnologia também podem contribuir para a inclusão digital, desenvolvendo produtos e serviços mais acessíveis e oferecendo soluções para as escolas.

Diante dessa breve abordagem, denota-se que a inclusão digital não se limita ao acesso às tecnologias, mas envolve também a capacidade de utilizar essas ferramentas de forma crítica e criativa. A formação de cidadãos digitais é fundamental para que as pessoas possam participar ativamente da sociedade da informação, exercer seus direitos e deveres, e contribuir para a construção de um futuro mais justo e equitativo. Como afirma Prensky (2001), os nativos digitais, aqueles que cresceram imersos nas tecnologias digitais, possuem habilidades e competências que os tornam mais preparados para os desafios do século XXI.

Cabe à inclusão digital promover como nova forma de aprendizagem a todos os alunos da Escola por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs), a fim de mobilizar o espaço pedagógico e envolver as professoras no procedimento ensino-aprendizagem.

A presença dos computadores na sociedade atual modifica o ambiente universitário num segmento adequado para a inserção da tecnologia, ensejando pesquisas que no viés cibernético e da educação, considerando que cada vez mais os espaços escolares estão mediados pela relação homem-máquina. Nesse argumento as tecnologias cognitivas, tornam-se importantes elementos de mediação e de mudança da prática pedagógica convencional, procurando resgatar para a escola o uso da inteligência como origem e fonte do processo de conhecimento.

A tecnologia por si mesma não representa garantia de reestruturações lógicas, ainda que possa exercer importante apelo quanto à motivação. Sua importância maior incide em que se possam empregar os computadores como próteses e como amplificadores da cognição. (BATTRO, 1989).

JONASSEN (1996) considera a aprendizagem em:

“Aprender a partir da tecnologia, em que a tecnologia proporciona o conhecimento, e a função do aluno é receber esse conhecimento, como se ele fosse apresentado pelo próprio professor; Aprender acerca da tecnologia, em que a própria tecnologia é elemento de aprendizagem; Aprender através da tecnologia, em que o professor/aluno estuda ensinando o computador (programando o computador por meio de linguagens como BASIC ou o LOGO); Aprender com a tecnologia, em que o professor aprende empregando as tecnologias como ferramentas que o apoiam no

processo de reflexão e de construção do conhecimento (ferramentas cognitivas)”.

Marçal (1996) destaca que a Informática precisa capacitar e dar oportunidade ao aluno de adquirir novos conhecimentos, promover o processo ensino/aprendizagem, por fim ser um complemento de conteúdos curriculares apontando para o desenvolvimento global do indivíduo.

A sala de informática é destinada a receber os alunos de diversas patologias em várias faixas etárias, e uma das preocupações com a ampliação do projeto é colaborar na interdisciplinaridade entre o trabalho a ser desenvolvido no laboratório de informática e na sala de aula.

Neste sentido, é importante que os professores, além de terem atitudes condizentes ao trabalho interdisciplinar, tenham ao mesmo tempo conhecimento, sejam hábeis de trabalhar em equipe e saibam como sistematizar essas práticas na escola, para que as mesmas não se tornem intuitivas, mas tenham intencionalidade bem definida.

Com relação ao Ensino de Educação a Distância, o uso das TICs se apresentam como obrigatória para atingir sua finalidade e objetivo. Sem esses recursos informacionais, não seria possível a aprendizagem à distância, visto que computador e internet são elementos e requisitos básicos para esta modalidade de ensino.

Porém, não podemos deixar de ressaltar que parte da população brasileira ainda não possui acesso à rede mundial de computadores, nem ao menos possui computador. E nesse sentido, faz-se necessário um maior incentivo por políticas públicas que busquem a inserção do cidadão no meio tecnológico.

Desafios para a inserção das TIC's no contexto do curso de Direito

A integração das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no ensino jurídico representa um avanço significativo para a modernização das práticas pedagógicas e a formação de profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho. No entanto, a implementação dessas tecnologias enfrenta diversos desafios que precisam ser superados para garantir o sucesso desse processo.

Uma das principais barreiras para a adoção das TICs no ensino jurídico é a resistência à mudança por parte de professores e alunos. Muitos docentes, acostumados com métodos tradicionais de ensino, podem sentir dificuldades em adaptar suas práticas pedagógicas e utilizar as novas ferramentas tecnológicas. Além disso, alguns alunos podem apresentar resistência à utilização das TICs por falta de familiaridade ou por preferirem métodos de ensino mais tradicionais.

A falta de infraestrutura adequada, como computadores, acesso à internet de alta velocidade e softwares especializados, é outro desafio significativo para a

implementação das TICs nas instituições de ensino. A desigualdade digital pode gerar disparidades no acesso às tecnologias e limitar as oportunidades de aprendizagem para os estudantes.

A formação dos professores é fundamental para garantir o uso eficaz das TICs em sala de aula. Muitos docentes não possuem a formação necessária para integrar as tecnologias em suas aulas de forma significativa e relevante. É preciso investir em programas de formação continuada para que os professores possam adquirir as competências digitais necessárias para utilizar as TICs como ferramentas pedagógicas.

A produção de materiais didáticos digitais de qualidade é um desafio constante. É preciso garantir que os conteúdos digitais sejam relevantes, atualizados e acessíveis a todos os alunos. Além disso, a criação de materiais digitais exige tempo e recursos, o que pode sobrecarregar os professores.

A avaliação da aprendizagem em um ambiente digital exige novas ferramentas e metodologias. É preciso desenvolver instrumentos de avaliação que permitam medir o aprendizado dos alunos de forma mais precisa e abrangente, considerando as novas habilidades e competências desenvolvidas com o uso das TICs.

A implementação das TICs exige investimentos em infraestrutura, software e treinamento de professores. Os custos elevados podem ser um obstáculo para muitas instituições de ensino, especialmente as públicas.

A utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no ensino superior em Direito tem provocado mudanças significativas na forma como os conteúdos são transmitidos e apreendidos, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem tanto dentro quanto fora da sala de aula. Segundo Moran (2015), as TICs têm o potencial de transformar a educação ao criar novos ambientes e ritmos de aprendizagem, permitindo maior flexibilidade e interação entre os envolvidos no processo educativo.

As complexidades do ensino em Direito denotam a necessidade do aluno ter acesso a fontes legislativas, jurisprudências e doutrinas que estão em constante mudança. A TIC facilita esse processo ao proporcionar plataformas digitais, como bases de dados jurídicas (ex: JusBrasil, LexML), que permitem que os alunos consultem e acompanhem atualizações legislativas, decisões judiciais e doutrina jurídica de forma rápida e acessível (Kenski, 2012). O acesso digital imediato a informações atualizadas é crucial em áreas como o Direito, onde as mudanças normativas ocorrem de maneira contínua.

As TICs tornaram possível a expansão do ensino a distância no campo do Direito, porém, por ser uma área que tradicionalmente era vista como dependente de interações presenciais, esse ponto ainda é complexo e não há um posicionamento uniforme sobre essa nova realidade, uma vez que as plataformas EAD oferecem cursos e disciplinas de

Direito, permitindo flexibilidade de horário para estudantes e profissionais que desejam conciliar trabalho e estudo (Valente, 2014), e por outro lado contribuem para um distanciamento do aluno da base teórica e densa que é a realidade jurídica, do ponto de vista das obras e das teorias.

Quando se parte para o formato tradicional, nota-se que o docente está cada vez mais em contato com um perfil de aluno que busca por ferramentas como videoconferências e fóruns de discussão. Nesse caso depreende-se que um ambiente interativo mesmo em espaços virtuais, promove uma dinâmica mais flexível, como afirma Kenski (2012), ao destacar que o ritmo da educação tem sido redefinido pelas novas tecnologias.

O uso de simulações virtuais no ensino de Direito, como tribunais simulados (*moot court*) e práticas jurídicas simuladas, permite que os alunos se envolvam em situações reais do ambiente jurídico por meio de plataformas online (Moran, 2015). Essas experiências são enriquecidas com a aplicação de TICs, oferecendo a possibilidade de desenvolver argumentação jurídica, apresentação de casos e julgamento, aprimorando habilidades práticas em um ambiente digital (Valente, 2014).

Advogados modernos precisam dominar diversas ferramentas tecnológicas, tanto em sua prática profissional quanto no próprio aprendizado. O uso de softwares de gestão de escritórios de advocacia, pesquisa em bases de dados online e ferramentas de comunicação digital são competências que podem ser introduzidas no curso de Direito através da TIC, preparando os estudantes para o mercado de trabalho contemporâneo (Kenski, 2012). Além disso, a adoção de novas tecnologias prepara os futuros profissionais para um ambiente de trabalho em que as ferramentas digitais são indispensáveis.

Ferramentas de Inteligência Artificial estão sendo cada vez mais utilizadas na análise de grandes volumes de dados jurídicos, automatização de processos repetitivos (como leitura de contratos) e até mesmo na previsão de decisões judiciais. No ensino de Direito, a incorporação de IA pode ser explorada para estudar casos complexos ou para treinar alunos a lidar com a crescente automação de tarefas na advocacia (Castells, 2003). A transformação digital no Direito, como aponta Castells, está profundamente ligada à adoção de novas tecnologias para análise e execução de tarefas jurídicas.

O uso de TICs no ensino superior em Direito também contribui para uma educação mais inclusiva, permitindo que estudantes com limitações físicas ou que vivem em áreas remotas tenham acesso a uma formação jurídica de qualidade. Ferramentas de acessibilidade, como leitores de tela e plataformas interativas adaptadas, tornam o ensino mais democrático (Kenski, 2012). A TIC, portanto, desempenha um papel crucial na promoção de uma educação inclusiva e acessível.

Na área jurídica, a produção de artigos, teses e dissertações é uma parte importante da formação acadêmica. A TIC facilita o acesso a periódicos acadêmicos digitais, repositórios de teses e ferramentas de gestão de referências bibliográficas, como Mendeley e Zotero, tornando o processo de pesquisa mais eficiente e conectado com fontes globais (Coll & Monereo, 2010). O uso dessas ferramentas possibilita a expansão do conhecimento acadêmico e da pesquisa de qualidade, conforme aponta Coll & Monereo.

Ferramentas como *Google Drive*, *Microsoft Teams* e *Moodle* permitem a criação de espaços colaborativos onde os alunos de Direito podem trabalhar em equipe em projetos, compartilhar documentos jurídicos e participar de discussões interativas com professores e colegas, incentivando um aprendizado mais dinâmico e participativo (Valente, 2014). Essas plataformas tornam o ensino mais interativo e facilitam a colaboração entre os estudantes.

A integração das TICs no ensino superior em Direito transforma não apenas a forma como os alunos acessam o conhecimento, mas também como desenvolvem habilidades fundamentais para o exercício da profissão. A formação jurídica está cada vez mais atrelada ao domínio de ferramentas tecnológicas que são indispensáveis no cenário jurídico moderno. Com o avanço contínuo das tecnologias, o ensino de Direito também evolui para formar profissionais mais preparados para as demandas tecnológicas e jurídicas do século XXI (Castells, 2003; Moran, 2015).

Desafios na Busca por Dados Específicos de Matrizes Curriculares e Projetos Pedagógicos

A obtenção de dados específicos relacionados ao uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e metodologias correlatas nas matrizes curriculares e projetos pedagógicos dos cursos de Direito representa um desafio considerável. Embora as diretrizes educacionais apontem cada vez mais para a necessidade de incorporar essas ferramentas no ensino superior, a transparência e a acessibilidade de informações detalhadas nem sempre acompanham esse movimento. Em muitos casos, a documentação disponível, como Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), carece de especificidade ou apresenta as informações de forma difusa, dificultando a localização exata de referências ao uso das TICs ou de metodologias ativas.

Essa dificuldade é amplificada pela falta de padronização na apresentação das informações entre diferentes instituições de ensino superior. Cada universidade ou faculdade possui seu próprio formato de organização dos documentos, o que torna necessário percorrer uma vasta gama de seções e tópicos até encontrar menções ao uso de tecnologias educacionais. Adicionalmente, a terminologia utilizada para se referir às TICs e metodologias inovadoras varia bastante, o que exige uma leitura atenta e interpretativa.

Por vezes, essas tecnologias são referenciadas de maneira implícita, sem a devida categorização ou destaque, dificultando a identificação de sua real aplicação no processo de ensino-aprendizagem.

Outro obstáculo encontrado é a atualização frequente dos documentos. Em muitos casos, os PPCs em vigor podem já não refletir as práticas pedagógicas atuais, especialmente em contextos em que a adoção de tecnologias se acelerou, como ocorreu durante a pandemia de COVID-19. Esse descompasso entre a prática real e o que está formalmente documentado nas matrizes curriculares exige que o pesquisador busque informações complementares diretamente com os coordenadores dos cursos ou docentes, aumentando a complexidade da análise.

Além disso, há também a questão do acesso. Nem todas as instituições disponibilizam esses documentos de forma aberta em seus sites, o que requer solicitações formais de acesso ou até mesmo a intermediação com setores administrativos da universidade. Esse processo pode ser moroso, prejudicando a análise comparativa entre diferentes instituições, especialmente quando o objetivo é mapear tendências mais amplas de adoção de TICs no ensino jurídico.

Portanto, a busca por dados específicos sobre a integração de TICs e metodologias inovadoras nos PPCs dos cursos de Direito é uma tarefa que exige não apenas habilidades de pesquisa detalhada, mas também uma capacidade interpretativa para compreender como essas ferramentas estão sendo aplicadas nas diferentes realidades institucionais.

Mesmo com as dificuldades evidenciadas acima, foi possível executar uma análise de três dos PPC's dos cursos de Direito mencionados nesse trabalho, a saber UNA, FAMP e UFJ.

O projeto pedagógico da UNA (CATALÃO, 2023, p. 17), utiliza uma abordagem metodológica que inclui metodologias ativas como sala de aula invertida, instrução por pares, PBL (aprendizagem baseada em problemas e projetos) e *storytelling*. Essas metodologias são complementadas pelo uso de ensino híbrido (*blended learning*), onde atividades presenciais são combinadas com atividades online, utilizando recursos tecnológicos para maior interatividade e flexibilidade.

A UFJ (JATAÍ, 2023, p. 88) implementa TICs em seu processo de ensino-aprendizagem com ferramentas como o SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), que permite a criação de disciplinas, aplicação de provas, lançamentos de tare-fas, fóruns de debate, entre outros. Além disso, a universidade utiliza o *Google G-Suite* e o SEI (Sistema Eletrônico de Informações) para gerenciar e otimizar o ensino.

A FAMP (MINEIROS, 2023, p. 25) integra TICs em várias dimensões do ensino jurídico. Durante a pandemia, houve a adoção de práticas remotas, incluindo o uso de

plataformas como Zoom, *Google Meet*, e SEI para aulas síncronas e assíncronas. A metodologia de ensino é orientada para a aplicação de recursos tecnológicos de forma individual e em grupo, promovendo a aprendizagem ativa com o uso de ferramentas tecnológicas, visando o desenvolvimento de competências e habilidades do egresso.

Superar esses desafios exige um esforço conjunto de instituições de ensino, governo, empresas de tecnologia e sociedade civil. É fundamental investir em políticas públicas que promovam a inclusão digital, na formação de professores e na produção de conteúdos digitais de qualidade. Além disso, é preciso que as instituições de ensino promovam a cultura da inovação e da experimentação, incentivando a utilização das TICs como ferramentas para transformar a educação jurídica.

Discussão dos Resultados

Os dados obtidos evidenciam que, de modo geral, as instituições analisadas estão avançando na integração das TICs em seus currículos, embora com graus variados de profundidade e efetividade. A UNA, por exemplo, destacou-se pela incorporação de metodologias ativas, como a sala de aula invertida, associada ao uso do ensino híbrido, combinando atividades presenciais e online. Essa abordagem tem demonstrado ser eficaz para promover uma maior interação entre alunos e professores, além de flexibilizar o aprendizado.

Na UFJ, o uso do SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) e do *Google G-Suite* tem facilitado a organização das disciplinas e a comunicação acadêmica. A possibilidade de acesso contínuo a materiais de estudo e a gestão das atividades acadêmicas por meio dessas plataformas representa um avanço significativo no contexto do ensino jurídico, que tradicionalmente depende de formatos presenciais e escritos. Entretanto, há desafios relacionados à atualização dos conteúdos digitais e à necessidade de maior formação dos professores para utilizarem essas ferramentas de maneira eficaz.

Já na FAMP, a pandemia de COVID-19 foi o catalisador para uma maior inserção das TICs, com o uso de plataformas como *Zoom* e *Google Meet* para aulas síncronas e assíncronas. A adoção dessas ferramentas permitiu que a instituição mantivesse a continuidade do ensino em tempos de distanciamento social, e o impacto positivo dessas práticas sugere que o uso das TICs deve permanecer, mesmo com o retorno às aulas presenciais.

No entanto, todas as instituições enfrentam desafios comuns, como a resistência de alguns professores e alunos em adotar integralmente as novas tecnologias. Em especial, muitos docentes, acostumados a métodos tradicionais, ainda encontram dificuldades em adaptar suas práticas pedagógicas às ferramentas digitais. Outro ponto crítico identificado foi a desigualdade de acesso às tecnologias por parte dos estudantes, o que pode impactar diretamente a qualidade do

ensino-aprendizagem, sobretudo em regiões com menor infraestrutura tecnológica.

CONCLUSÃO

A análise dos PPCs das instituições de ensino superior UNA, UFJ e FAMP revela que a integração das TICs no ensino jurídico tem sido gradual, mas apresenta resultados promissores na modernização das práticas pedagógicas. O uso dessas tecnologias tem facilitado a criação de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e interativos, alinhando-se às demandas de uma sociedade cada vez mais digitalizada. No entanto, o sucesso pleno dessa integração depende de investimentos contínuos em infraestrutura tecnológica, formação de professores e políticas públicas voltadas para a inclusão digital.

O estudo também destaca que a superação dos desafios relacionados à resistência à mudança e às desigualdades de acesso às TICs será essencial para consolidar o uso dessas tecnologias no ensino jurídico. Para tanto, é necessário promover uma cultura institucional que valorize a inovação pedagógica e incentive a experimentação com novas ferramentas digitais.

Por fim, é importante reconhecer que o uso de TICs no ensino de Direito não deve ser encarado como um fim em si mesmo, mas como um meio de aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, preparando os futuros profissionais para os desafios de um mercado de trabalho cada vez mais exigente e tecnológico. A continuidade da pesquisa nesse campo será fundamental para acompanhar os desdobramentos dessas inovações e para garantir que o ensino jurídico evolua em sintonia com as transformações da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BARANAUSKAS, C. *Novas Tecnologias no Processo do Ensino- Aprendizagem*. DCC/Nied/UNICAMP, São Paulo, SP, 1993.

BATTRO, A. M. *La educación del talento excepcional*. Fundación Bernardo A. Houssay, Buenos Aires, 1989.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Zahar, 2003.

CATALÃO, GOIÁS. Projeto Pedagógico do Curso de Direito. Instituto Universitário UNA de Catalão. Catalão-Go. 2023. Disponível em: https://www.una.br/wp-content/uploads/2024/03/PPC_Bach.Direito_UNA-1.pdf. Acesso em 27 set. 2024.

COLL, C., & MONEREO, C. (EDS.). *Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação*. Artmed, 2010.

JATAÍ, GOIÁS. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito Bacharelado. Universidade Federal De Jataí. Instituto De Ciências Sociais Aplicadas. Jataí-Go Goiás. 2023. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/283/o/Novo_PPC_Direito_UFJ_2023_v7_ICSA_.pdf?1711200014. Acesso em 27 set. 2024.

JONASSEN, D. *Using Mindtools to Develop Critical Thinking and Foster Collaboration in Schools* – Columbus, 1996.

KENSKI, V. M. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Papirus, 2012.

MARÇAL, Angelita Flores - monografia: *A Informática na Educação: Uma Perspectiva Pedagógica*. Universidade do Sul de Santa Catarina – 1996.

MINEIROS, GOIÁS. Projeto Pedagógico do Curso de Direito. Faculdade Morgana Potrich - FAMP. Mineiros-Go. 2023. Impresso.

MORAN, J. M. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. Papirus, 2015.

VALENTE, J. A. *Ensino e aprendizagem com tecnologias: uma perspectiva crítica sobre as abordagens pedagógicas baseadas no uso de TICs*. Revista Brasileira de Informática na Educação, 2014.